

RELATÓRIO Nº , DE 2023-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 32, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.*

Relatora: Senadora **TEREZA CRISTINA**

I – RELATÓRIO

Este Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação, pelo Presidente da República, do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Compete a esta Casa, por expressa exigência constitucional, a aprovação prévia, por voto secreto, da indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente. Por sua vez, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional possui competência regimental para a matéria.

Foi recebido o currículo do indicado, que sintetizo a seguir.

Nascido no Rio de Janeiro, o Embaixador Alexandre Parola graduou-se em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluiu mestrado em economia pela Universidade de Brasília,



obteve os títulos de mestre e doutor em filosofia pela Universidade Católica da América, em Washington, Estados Unidos, e cursou pós-doutorado em relações internacionais e política externa brasileira no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, Reino Unido. Tornou-se Ministro de Primeira Classe em 2016, após sucessivas promoções por merecimento. Sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco tratou dos desafios práticos enfrentados pelo Brasil na busca da ordem e da justiça nas relações internacionais.

Exerceu diversas e relevantes funções ao longo de sua carreira. No exterior, serviu nas Embaixadas em Washington, Santiago e Londres e na Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, em Genebra. Chefiou as Delegações do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, em Genebra, e junto às organizações internacionais econômicas, em Paris. Na Secretaria de Estado, assessorou o Ministro de Estado das Relações Exteriores e fez larga trajetória em unidades ligadas à temática financeira e comercial, tendo inclusive sido Diretor do Departamento Econômico. Teve ainda importantes atuações fora do Ministério das Relações Exteriores, como assessor do Ministro de Estado da Economia, Finanças e Planejamento, e Porta-Voz da Presidência da República.

A Mensagem também veio acompanhada de sumário executivo sobre o Reino do Marrocos, contendo dados básicos, perfis biográficos, apresentação e cronologia das relações bilaterais, além de considerações sobre política interna e externa, economia e atos internacionais.

O Reino do Marrocos é uma monarquia constitucional, situada no noroeste da África, na região do Magrebe (expressão proveniente da língua árabe, com significado “poente”). Trata-se do país africano com maior proximidade geográfica da Europa, contando inclusive com fronteira terrestre com as cidades autônomas espanholas de Ceuta e Melilha.

Brasil e Marrocos mantêm relações bilaterais maduras, que remontam aos idos do Brasil Império, com a abertura do Consulado do Brasil em Tânger no ano de 1861. Após a independência desse país em 1956, foi criada a Embaixada do Brasil em Rabat, em funcionamento desde 1961. Os países contam com mecanismo de consultas políticas desde 1999 e cooperam com troca de votos e apoios mútuos em foros internacionais.

O atual monarca marroquino, Rei Mohammed VI, fez a primeira e única visita oficial de Chefe de Estado ao Brasil em 2004, quando foi assinado o Acordo-Quadro sobre Comércio entre Mercosul e Marrocos. Por

sua vez, já houve cinco visitas de Chefes de Governo marroquinos ao nosso país, tendo o atual Primeiro-Ministro, Aziz Akhannouch, recentemente comparecido à cerimônia de posse presidencial.

O comércio bilateral está em franco crescimento, com recorde histórico da corrente de comércio no ano de 2022. Do lado brasileiro, são majoritariamente importados adubos e fertilizantes. Por sua vez, as exportações concentram-se em produtos primários. A balança é amplamente deficitária para o Brasil. Há a expectativa de que o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa, recentemente aprovado por este Congresso Nacional e ainda pendente de promulgação pelo Poder Executivo, venha a auxiliar no reequilíbrio do comércio bilateral.

Brasil e Marrocos celebraram, em 13 de junho de 2019, Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos (ACFI), com o objetivo de promover os investimentos bilaterais. Há diversas áreas de sinergia a serem exploradas pelo Brasil, como a oferta de tecnologia brasileira para a produção agrícola de alta produtividade, o potencial de expansão da rede bancária e o compartilhamento de tecnologias de energia renovável. Por outro lado, o Brasil pode buscar internalizar a cadeia de produção de fertilizantes a partir do aumento dos investimentos de empresas marroquinas no Brasil. O texto do ACFI encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

No aspecto interno, destacam-se as reformas iniciadas em 2011, em resposta aos protestos ligados à Primavera Árabe, voltadas à descentralização político-administrativa e à liberalização econômica. São também relevantes os resultados das eleições de 2021, com o enfraquecimento das agremiações islamistas conservadoras que governaram o país por uma década em favor de uma nova aliança laico-moderada. O ano de 2021 marca também o lançamento do “Novo Modelo de Desenvolvimento” marroquino, que pretende reforçar a economia e o governo digital, promover o ensino básico e superior, agregar valor à produção nacional, fomentar o desenvolvimento sustentável e multiplicar os incentivos para a atuação do setor privado financeiro e produtivo.

Sobre a política externa marroquina, ponto de constante sensibilidade refere-se à questão do Saara Ocidental. Após a retirada da Espanha desse território, em 1975, instalou-se conflito entre o Marrocos e o grupo independentista Frente Polisário pelo controle da região, com cessar-fogo celebrado em 1991 e o estabelecimento de Missão das Nações Unidas voltada a assegurar o futuro exercício, via consulta plebiscitária, do direito à



autodeterminação. A posição marroquina é constantemente contestada pela nação vizinha, a Argélia, que apoia a independência do Saara Ocidental, além de ter sido motivo do isolamento do país no contexto continental, situando-se o Marrocos à margem da União Africana até o ano de 2017.

A União Europeia ainda representa o parceiro econômico mais importante do Marrocos, sendo origem e destino de mais de 50% das trocas comerciais do país. No aspecto político, o Marrocos encontra na Liga dos Estados Árabes seu principal foro regional de participação.

Por fim, cabe destacar que o Marrocos tem tentado diversificar suas parcerias na última década, com a revalorização dos contatos com países africanos, a reaproximação dos Estados Unidos e a neutralização das divergências com Israel. Destacam-se ainda os investimentos chineses no país, que têm ganhado força diante das iniciativas de aproximação entre a China e a Liga Árabe, bem como da necessidade de financiamento para os projetos lançados pelo “Novo Modelo de Desenvolvimento” nacional. Referido cenário de diversificação de contatos pode ser muito útil para a promoção das relações marroquinas com o Brasil e o Mercosul.

Diante da natureza da matéria, sujeita a voto secreto, não cabem outras considerações por parte desta Relatora.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora